

1. Contexto operacional

A Simplice Instalação e Locação Industrial S.A. (“Companhia”), constituída em 12 de setembro de 2019, é uma sociedade anônima de capital fechado sediada na Faz Consolação, s/n, Zona Rural, município de Paulistana, estado do Piauí.

A sociedade tem por objeto social a instalação de máquinas e equipamentos industriais; Obras de montagem industrial; Aluguel de imóveis próprios; e Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente.

Em maio de 2021, a Companhia concluiu a fase de construção e implantação da usina e iniciou a sua operação comercial.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de apresentação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09.

A emissão destas demonstrações contábeis e notas explicativas foram autorizadas pela diretoria da Companhia em 31 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.1.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

(a) Julgamentos

A Administração da Companhia não identificou situações que tenham gerado julgamentos críticos sobre as políticas contábeis adotadas no exercício corrente que apresentem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

(b) Estimativas e premissas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. A Administração da Companhia não identificou incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício.

2.1.5. Continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis

2.2.1. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades. Deve ser apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

2.2.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos

ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

a. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tais no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. O principal ativo financeiro classificado nesta categoria é “Aplicações financeiras” (Nota 3).

Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os principais ativos financeiros que a Companhia possui e mantém classificados nesta categoria são:

- Contas a receber de clientes.
- Partes Relacionadas

b. Passivos financeiros

Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

- Fornecedores a pagar;
- Empréstimos e Financiamentos bancários;
- Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias;
- Obrigações Tributárias.

2.2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.2.4. Imobilizado

São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada pela Secretaria da Receita Federal dos bens, e estão demonstradas na Nota 5. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

2.2.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.2.6. Arrendamentos

Com a nova norma do CPC 06 (R2)/IFRS16 - Arrendamentos (substitui o pronunciamento CPC 06 (R1)/IAS17), os arrendatários passaram a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para certos contratos de arrendamento mercantil, incluindo os anteriormente classificados como operacionais. Podem ficar fora do escopo dessa norma determinados contratos de curto prazo ou cujo ativo objeto do arrendamento seja de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores não sofreram alterações relevantes. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2019, data efetiva da adoção inicial.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento de curto prazo ou cujo ativo objeto do arrendamento seja de baixo valor.

O passivo de arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, na data de aplicação inicial. O ativo de direito de uso na data da adoção inicial, para o arrendamento anteriormente classificado como arrendamento operacional foi, por sua vez, reconhecido com valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial.

2.2.7. Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base no resultado contábil, ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável mensal excedente a R\$ 20.000 e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

O lucro tributável geralmente difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens

não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

2.2.8. Lucro (prejuízo) líquido por ação

Está calculado com base no número de ações existentes na data do levantamento das demonstrações contábeis.

2.2.9. Novas normas e interpretações

Atualmente os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (“CPC”), são as seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos em vigor

Norma	Descrição	Vigência
IFRS 3 / CPC 15 Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como aquisição de ativos.	01/01/2020
IFRS 9 / CPC 48 Instrumentos Financeiros; IFRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros - Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais de contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos de incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR).	01/01/2020
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis; e IAS 8 / CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	01/01/2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimento com objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID 19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	01/01/2020
IFRS 9 / CPC 48; IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma de taxa de juros referenciais (LIBOR).	01/01/2021

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Norma	Descrição	Vigência
IFRS 16 / CPC 06 (R2)		

b) Normativo emitido pelo IASB e ainda não homologado pelo CPC

Norma	Descrição	Vigência
IAS 37 / CPC 25 Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir e avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex: custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. Aplicações Financeiras

Descrição	2022	2021
Aplicações financeiras	575.809	-
Total	575.809	-

(a) As aplicações financeiras registradas no ativo circulante como caixa e equivalentes a caixa estão representadas por recursos aplicados em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), cuja rentabilidade tende a se igualar à taxa DI. Essas operações são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data do balanço. Estes investimentos podem ser resgatados a qualquer momento pela Companhia, por um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança no seu valor.

Não há saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia dados em garantias de dívidas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Aplicações Financeiras a Longo Prazo

Descrição	2022
CDB BNB - Certificados de depósitos bancários	414.841
Total	414.841

As aplicações financeiras incluem, basicamente, títulos e valores mobiliários que são representados por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados a taxa média de 80% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como contraparte um banco com alto *rating*. Estão classificadas no não circulante em virtude de estarem diretamente vinculadas ao fundo de liquidez exigido pela instituição financeira para concessão do empréstimo, tendo prazos de resgate semelhantes aos de sua liquidação.

5. Imobilizado

	31/12/2022			31/12/2021	
	Taxas	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Máquinas e equipamentos	10 %	8.828.124	(1.077.147)	7.750.977	8.233.167
Total					

Descrição	Máquinas e Equipamentos
Taxa de depreciação (a.a.)	10%
Saldo líquido em 1º de janeiro de 2021	6.153.052
Adições	2.291.221
(-) Depreciações (b)	(211.106)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	8.233.167
(+) Adições	383.850
(-) Depreciações (b)	(866.040)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	7.750.977

(a) O ativo imobilizado está constituído ao custo de aquisição.

5.1. Análise de recuperabilidade do imobilizado (impairment)

Não foram identificadas evidências internas e/ou externas que suscitassem indicativos de

impairment, estabelecidos pelo CPC 01 (R1), motivo pelo qual a Companhia não testou o valor recuperável do saldo líquido do ativo imobilizado.

6. Bens e Direitos de Uso

Descrição	Ativos de direito de uso (arrendamento)
Taxa de depreciação (a.a.)	3,22%
Saldo líquido em 1º de janeiro de 2021	255.832
(-) Depreciações (b)	(8.528)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	247.304
(-) Depreciações (b)	(10.556)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	236.748

(a)

Os valores provenientes da aplicação inicial do CPC 06(R2) em 'Ativos de direito de uso', no montante de R\$ 264.359, não estão sendo apresentados na demonstração do fluxo de caixa, pois não tem efeito caixa.

6.1. Arrendamentos

A Companhia possui o direito de uso do imóvel onde está instalada a Usina Solar pelo prazo de 31 anos. Trata-se da Fazenda Solar, onde a Companhia executa suas atividades operacionais. Considerando que o ativo objeto do arrendamento é facilmente identificável, que a Companhia obtém os benefícios econômicos e gerencia o seu uso, foi aplicado o CPC 06 (R2) - Arrendamentos e reconhecido o ativo de direito de uso e o correspondente passivo de arrendamento.

O ativo denominado 'Direito de Uso' é o correspondente àquele que representa o direito do arrendatário de usar o ativo arrendado ao longo do prazo do arrendamento. Já o passivo gerado em contrapartida representa a obrigação do arrendatário de pagar as prestações ao arrendador durante o prazo do arrendamento, conforme seu grau de exigibilidade.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatário são apresentadas abaixo

6.2. Ativos de direito de uso

SIMPLICE INSTALAÇÃO E LOCAÇÃO INDUSTRIAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas são apresentados como ativo imobilizado, conforme segue:

Ativo arrendado	Início	Vencimento
Fazenda Consolação	Dez-2019	Dez-2050

A movimentação dos ativos de direito de uso para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022.

Descrição	2022
Saldo inicial	247.305
Despesa de depreciação do exercício	(10.557)
Total	236.748

6.3. Passivos de arrendamento

A movimentação dos arrendamentos a pagar para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022.

Descrição	2022
Saldo inicial	198.442
Juros incorridos	43.375
Pagamentos	(96.002)
Saldo final	145.815
Circulante	44.051
Não circulante	101.764
Total	145.815

Após a adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia apresentou passivos de arrendamento separadamente de outros passivos no balanço patrimonial. Alternativamente, uma entidade (arrendatário) pode optar por apresentar passivos de arrendamento dentro de 'Empréstimos e financiamentos'.

O cronograma de amortização dos pagamentos em 31 de dezembro de 2022 apresenta a seguinte composição:

Descrição	Pagamentos futuros mínimos de arrendamento	Juros	Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento
------------------	---	--------------	--

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Menos de um ano	101.345	(57.294)	44.051
Entre um e cinco anos	506.727	(471.399)	35.328
Mais de cinco anos	2.229.599	(2.163.162)	66.436
Total	2.837.671	(2.604.129)	145.815

6.4. Opções de prorrogação

O contrato de arrendamento de propriedade contém opções de prorrogação exercíveis pela Companhia. Sempre que possível, a Companhia procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional. As opções de extensão mantidas são exercíveis apenas pela Companhia e não pelos arrendadores. A Companhia avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Companhia reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Moeda	Vencimento	2022
Financiamento BNB* Contrato 304.2021.121.1107	Real	Jun-2036	7.288.675
Total			7.288.675
Passivo circulante			470.131
Passivo não circulante			6.818.544
Total			7.288.675

*BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Os empréstimos e financiamentos estão atrelados a taxas pré-fixadas e pós-fixadas, sendo a fixa de 1,0342% a.a. e a variável sendo o FAM (fator de atualização monetária) que deriva da variação do IPCA, e referem-se, basicamente, a créditos destinados à implantação da usina de geração fotovoltaica, para o qual foi dado em garantia:

- Fiança bancária no valor de \$7.800.000 conforme contrato nº 103039-4, junto ao banco ITAÚ UNIBANCO S/A
- Cessão fiduciária de conta reserva em aplicação financeira com saldo equivalente de no mínimo R\$ 400.000 (Nota 4); e
- Propriedade fiduciária dos equipamentos da Companhia.

7.1. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 está assim representada:

Descrição	2022
Saldo inicial	0
(+) Adições	7.410.000
(+) Juros incorridos	74.078
(-) Pagamento de principal e juros	(195.403)
Saldo final	7.288.675

7.2. Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

As principais cláusulas contratuais restritivas dos empréstimos e financiamentos são:

- Necessidade de contratação de seguros das instalações industriais;
- Anuência da instituição financeira credora para mudança de controle acionário; e
- Manutenção de fundo de liquidez em conta reserva em instituição financeira, no montante

SIMPLICE INSTALAÇÃO E LOCAÇÃO INDUSTRIAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

mínimo equivalente a R\$ 400.000, durante todo o prazo do financiamento.

A penalidade para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Até 31 de dezembro de 2022, não houve manifestação por parte dos credores, ou quaisquer outras partes interessadas relacionada ao não cumprimento dessas cláusulas restritivas.

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito está representado por 3.436.800 (três milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, oitocentos reais) ações, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado pelos sócios no montante de R\$ 3.436.800 (R\$ 8.215 em 2020), em moeda corrente nacional, assim distribuídas:

	Quantida de de ações	R\$ mil	%
Acionistas			
Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Solar I	3.430.627	3.430.627	99,8203
Simplice Comércio e Importação Ltda.	6.174	6.174	0,1796
Total	3.436.801	3.436.801	100,0000

Foi aprovado no ano de 2022 2 (duas) reduções do capital advindo da Simplicidade Comércio e Importação Ltda, conforme abaixo.

- Em 07/11/2022 o valor de R\$ 1.215,73
- Em 07/11/2022 no valor de R\$ 12.610,51

Foi aprovado no ano de 2022 2 (duas) reduções do capital advindo do Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Solar I, conforme abaixo.

- Em 07/11/2022 o valor de R\$ 675.556,43
- Em 07/11/2022 no valor de R\$ 7.007.389,49

Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme

definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

8.2. Reservas de lucros

8.2.1. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

8.2.2. Retenção de Lucros

Após a destinação das reservas estatutárias e do dividendo obrigatório, a Administração da Companhia destinou a sobra do saldo de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 396.231, para rubrica específica de retenção de lucros, que é destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia e/ou futura adicional de lucros.

8.3. Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações, já que o estatuto social da Companhia é omissivo quanto a determinação da porção dos lucros a ser classificada como dividendo mínimo obrigatório.

SIMPLICE INSTALAÇÃO E LOCAÇÃO INDUSTRIAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Receita líquida

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços prestados	2.279.310	743.854
COFINS sobre receita bruta	(173.228)	(56.533)
PIS sobre receita bruta	(37.608)	(12.274)
ISS sobre receita bruta	(9.307)	(3.616)
Total das deduções da receita bruta	(220.143)	(72.423)
Total da receita líquida de vendas	2.059.167	671.431

10. Custos dos serviços prestados

Descrição	2022	2021
Assessoria Interna	(34.645)	(57.658)
Operações e Manutenções	(141.391)	-
Locações de Bens	(199.988)	-
Custo de Supervisório	(22.680)	-
Vigilância Patrimonial	(36.800)	-
Gestão de Contas	(14.509)	-
Seguros	(23.819)	-
Custo Depreciações e Amortizações	(866.040)	(211.107)
Custo Amortização (Arrendamento)	(10.557)	(2.132)
(-) PIS Créditos sobre Depreciação	4.386	1.096
(-) COFINS Créditos sobre Depreciação	20.201	5.050
Total	(1.325.842)	(264.751)

11. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2022	2021
Pró-labore	(14.544)	-
Consultoria técnica	-	(95.249)
Informática	-	(45.395)
Advocacia	(20.158)	(28.341)
Contabilidade	(18.749)	(22.368)

SIMPLICE INSTALAÇÃO E LOCAÇÃO INDUSTRIAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Locação de Bens	-	(103.084)
Serviços prestados PJ	(1.500)	(59.470)
Serviços prestados PF	(1.909)	(10.976)
Seguros	-	(33.536)
Viagens e Hospedagens	(6.975)	(28.025)
Despesas com Cartório	(12.493)	(2.415)
Auditoria	(7.975)	(8.187)
Combustíveis e lubrificantes	-	(3.798)
Ambiental, fundiário e Conexão	(11.500)	-
Geral e Administrativa	(4.500)	-
Captação de Recursos	(55.100)	-
Implantação	(15.034)	-
INSS	(3.187)	(2.195)
Outros	(2.869)	(14.571)
Total	(176.493)	(457.610)

12. Receitas e despesas financeiras

Descrição	2022	2021
Rendimentos de aplicação financeira	214.568	62.036
Juros Ativos	1	-
PIS s/ Receitas Financeiras	(1.395)	(403)
COFINS s/ Receitas Financeiras	(8.583)	(2.481)
Total de receitas financeiras	204.591	59.152
Despesas bancárias	(1.642)	(47.905)
Juros sobre arrendamentos	(43.376)	(24.266)
IOF	(9.129)	(122)
Juros S/ Empréstimos	(74.078)	
Comissão de Fiança Bancária	(122.875)	
Juros passivos	(35)	
Total de despesas financeiras	(251.135)	(72.293)
Despesas financeiras, líquidas	(46.544)	(13.141)

13. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, empresas ligadas ao grupo sob controle do acionista controlador, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1). Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os saldos em aberto na data-base das demonstrações contábeis, bem como transações mantidas com partes relacionadas durante os exercícios que tenham efeito sobre o resultado são:

Descrição	2022	2021
Ativo não circulante:		
Empréstimos com partes relacionadas		
Simplice Comércio e Importação Ltda. (a)	123.276	123.276
Total	123.276	123.276

(a) Foi adiantado o montante de R\$ 123.276 ao acionista Simplice Comércio e Importação Ltda., a título de adiantamento de dividendos futuros. O respectivo valor será abatido dos dividendos que a Companhia venha a distribuir ao acionista acima, conforme acordo de acionistas celebrado em 4 de dezembro de 2019.

13.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 2022 a Companhia efetuou pagamentos a título de pró-labore, no montante de \$14.544, aos membros da Diretoria, pelos serviços prestados no exercício.

Não houve qualquer outro pagamento de benefícios e/ou operações envolvendo o pessoal-chave da Administração.

13.2. Outras informações

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

Não existem avais e garantias concedidas pela Companhia em favor de suas partes relacionadas.

14. Processos judiciais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para perdas com processos judiciais. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam processos judiciais contra a Companhia de perspectiva de perda provável que requeiram constituição de provisões, bem como possíveis divulgações requeridas.

15. Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis, e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, algum julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

14.1. Classificação dos instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos a curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço pelo seu valor justo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado, conforme segue:

Descrição	Classificação	2022	2021
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	127.141	24.152
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	575.809	1.449.457
Empréstimo com partes relacionadas	Custo amortizado	123.276	123.276
Aplicação Financeira ao logo prazo	Valor justo por meio do resultado	414.841	
Total dos ativos		1.241.067	1.596.885
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	82.498	52.506

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Classificação	2022	2021
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado	797.851	49.955
Obrigações Tributárias	Custo amortizado	5.227	12.757
Obrigações Trabalhistas e Sociais	Custo amortizado	2.909	60
Total dos passivos		888.495	115.278

Valor contábil versus valor justo

Para todas as operações, a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. As operações de empréstimos e financiamentos referem-se basicamente a captações que preponderantemente estão indexadas a taxas pré-fixadas, assim, na hipótese da aplicação da metodologia de apuração de valor justo, o valor apurado não refletiria o valor de repasse daquela operação naquela data, uma vez que a taxa de desconto seria muito superior à taxa de correção. Desta forma, a administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletem o endividamento efetivo em caso de uma eventual liquidação naquela data.

14.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve alteração na política de gerenciamento de riscos financeiros em relação ao exercício anterior.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(i) Risco de crédito

O ‘Caixa e equivalentes de caixa’ e ‘Aplicações financeiras’ da Companhia são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem grau elevado de *rating*.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, ao máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém linhas de crédito disponíveis e reservas financeiras aplicadas em instituições financeiras de alto *rating* para suprir com suas obrigações.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de materiais. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado.

Não há risco relevante de variações nas taxas de juros advindo de seus passivos financeiros. já que atualmente a Companhia não possui nenhuma operação deste tipo.

16. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado do exercício é demonstrada como segue:

Descrição	2022	2021
Resultado contábil antes do IRPJ e CSLL	502.720	(111.978)
(+) Adições	53.932	-
(-) Exclusões	(96.002)	-
(=) Resultado após ajustes	460.650	-
(-) Compensação prejuízos fiscais	(138.195)	-
IR e CS às alíquotas da legislação	322.455	-
Alíquota de 15% (IRPJ)	(48.368)	-
Adicional de 10% (IRPJ adicional)	(8.246)	-
Alíquota de 9% (CSLL)	(29.021)	-
IRPJ e CSLL no resultado	(85.635)	-
Alíquota efetiva	26,56%	0%

17. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía seguros contratados referentes a danos

materiais (quebras de máquinas, danos elétricos, incêndios, raios, explosões de qualquer natureza e implosões) para todo o estoque e para as edificações, equipamentos, instalações e máquinas, além de riscos relacionados com responsabilidade civil, com cobertura total de R\$ 21.774 (vinte e um milhões, setecentos e setenta e quatro reais). Essa cobertura é considerada suficiente pela Administração, segundo opinião de seus assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

* * *

Fernando Buarque de Gusmão Filho
Diretor Executivo

Paulo Ricardo Nascimento Moura
Contador CRC-PE 028860/O-6